

IMPLICAÇÕES DA PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL NO MUNICÍPIO DE MONTEZUMA/MG: PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL

Maria Bárbara de Magalhães Bethonico¹

RESUMO

A produção de carvão vegetal em Minas Gerais é resultado de uma estratégia do programa de desenvolvimento industrial do Estado na década de 1970. O cotidiano dos trabalhadores das carvoarias aponta para aspectos como a necessidade de sobrevivência em uma região carente de oportunidades. A visão da população rural sobre o ambiente, reflete a ligação com o lugar e a percepção frente à situação de degradação ambiental decorrente das constantes modificações na paisagem. Essas relações caminham paralelamente com as ações humanas promovidas pelos grupos de empreendedores e donos das carvoarias que modificaram e continuam redesenhando a paisagem do município de Montezuma/MG, desconsiderando a dinâmica do processo de relação entre homem e natureza.

Palavras-chave: carvão vegetal – lugar – espaço – meio rural

ABSTRACT

Coal production plant in Minas Gerais is the result of a strategy of industrial development program of the State in the 1970s. The daily life of to people who work in coal-factories points to issues such as the need for survival in a region lacking opportunities. The vision of the rural population on the environment reflects the link with the front seat and perception of the situation of environmental degradation resulting from constant changes in the landscape. These relationships go along with human actions promoted by groups of entrepreneurs and owners of coal that have changed and continue redesigning the landscape of the city of Montezuma / MG, disregarding the dynamics of the relationship between man and nature.

Keywords: charcoal - place - space - the countryside

¹ Mestre em Análise Ambiental pela UFMG e Doutoranda em Geografia - Universidade Federal Fluminense mbarbara@universiabrasil.net

INTRODUÇÃO

A introdução da atividade de produção de carvão vegetal no município de Montezuma/MG ocorreu em um contexto histórico no qual as ações governamentais priorizavam o desenvolvimento econômico, sendo esse o pressuposto para a melhoria das condições de vida da população. Essas ações privilegiaram os grandes projetos de reflorestamento com eucalipto para a produção de carvão vegetal, a fim de atender a demanda das siderúrgicas mineiras.

A produção de carvão, hoje, não se restringe apenas às áreas de reflorestamento, tornando-se uma atividade comum nesta região do Estado, sendo praticado por pequenos produtores rurais que utilizam a vegetação nativa, com uma produção clandestina. Esse fato atingiu a população de Montezuma/MG, e sua principal consequência é a redução da vegetação nativa e a diminuição da área de coleta de alimentos e remédios da flora local. A mudança da paisagem e dos costumes tem feito surgir um novo relacionamento do homem com o espaço e a forma como percebe o seu meio ambiente.

Muitas das políticas públicas ou ações governamentais visam apenas o lado econômico, através do desenvolvimento de um determinado setor. Essa unitariedade desconsidera a cultura e os moradores do local de implantação de projetos que demandam grandes espaços. As mudanças na paisagem e na vida desses moradores, a forma como passaram a perceber e relacionarem-se com o meio ambiente e as novas relações trabalhistas nas carvoarias de Montezuma/MG fazem os objetivos da pesquisa.

ASPECTOS CONCEITUAIS E TEÓRICOS

Nas últimas décadas, vários instrumentos de análise surgiram como forma de complementar o estudo do espaço e das relações que nele ocorrem. A percepção ambiental aparece como um desses instrumentos dentro da Geografia Humanística, expressa na representação do mundo e nas práticas humanas decorrentes de uma nova maneira de ver e valorizar o ambiente.

Na Geografia Humanística, utilizando os estudos da fenomenologia de Husserl (1859-1938), o enfoque da percepção ambiental busca compreender e descrever, através do afetivo, o comportamento humano e social no

espaço, abrindo caminho para a interdisciplinaridade (Christofoletti, 1985; Amorim F^o, 1999; Ferreira, 2001).

Segundo TUAN (1980) o homem é o dominante ecológico. Por isso seu comportamento deve ser compreendido e não apenas mapeado, pois os problemas ambientais são, fundamentalmente, problemas humanos (econômico, político ou social) que influenciam nos valores e atitudes frente ao meio ambiente. TUAN (1980) sugere que o meio ambiente não pode ser a causa direta da topofilia, mas fornece um estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais.

O fenômeno perceptivo inicia-se na experiência pessoal, no aprendizado, na memória e na imaginação que geram a imagem de um mundo, que é construído através da cultura e das experiências de cada ser que o compõe. Esse fenômeno perceptivo, porém, não pode ser estudado como evento isolado e nem pode ser apartado da vida das pessoas, pois existe todo um processo onde a pessoa, constituída de corpo, mente, emoção e vontade, e o mundo estão engajados (MACHADO, 1999; OLIVEIRA, 1999).

É possível elaborar estudos sobre a percepção ambiental baseando-se na experiência do homem do lugar, como este vivencia e emite valores sobre seu espaço e nas modificações por ele presenciadas. A cultura, o meio natural, o quadro sócio-econômico e as ações governamentais compõem os fatores que influenciaram o fenômeno perceptivo estudado nesta pesquisa.

Para essa discussão, será imprescindível expor alguns referenciais teóricos que virão contribuir na compreensão:

Percepção: é o reflexo da experiência; é a resposta dos sentidos aos estímulos externos e a atividade proposital, no qual certos fenômenos são registrados e outros retrocedem; é o instrumento para a interpretação da realidade (TUAN, 1980; DEL RIO, 1999).

Visão do mundo: é a experiência conceitualizada, sendo parcialmente pessoal e, em grande parte, social (TUAN, 1980); é a realidade subjetiva (DEL RIO, 1999).

Topofilia: é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar - ambiente físico (TUAN, 1980).

Espaço: local destituído de sentimentos (DEL RIO, 1999); para TUAN (1980) o espaço é aberto e livre.

Lugar: é o local percebido como único e repleto de sentimentos, valores e significados (DEL RIO, 1999).

Analisando o contexto histórico em que ocorreram as modificações no espaço de Montezuma/MG, somos remetidos ao conceito de topocídio, baseando-se, também, no que MACHADO (1999) denominou de manifestações topofílicas que refletem os variados tipos de relacionamento e visões entre as pessoas e o lugar, devido

aos diferentes interesses, como trabalho, estudo, lazer.

Outros conceitos e categorias de noções similares expõem sobre as diferentes visões, como o homem vê, modifica ou impede as modificações em seu espaço. AMORIM FILHO (1999) discorre a respeito do conceito de topocídio, proposto pelo geógrafo britânico Porteous, inspirado no conceito de topofilia, de Tuan, no qual topocídio significa a aniquilação deliberada de lugares. Algumas ações são colocadas como topocídio e, para este autor:

Ele (Porteous) enfatizou o caráter quase secreto e traiçoeiro dos processos que conduzem ao topocídio, o que faz com que a população afetada não perceba o que ocorre ou só o faça quando já é tarde demais. Portanto, as condições "ótimas" para a prática do crime ambiental surgem quando há uma convergência perversa de um processo insidioso, de má organização das reações da população interessada e da coincidência de interesses de planejadores, políticos e empresários" (AMORIM FILHO, 1999, p. 142).

O desafio atual, segundo AMORIM FILHO (1999), é implementar a topo-reabilitação, que se inicia com o processo de conscientização, presente em nossos dias, da necessidade da preservação ambiental e reabilitação dos lugares, promovendo a melhoria da qualidade de vida dos moradores, a manutenção da sua memória coletiva ou individual e a preservação de sua identidade cultural e de seus valores. A topo-reabilitação tem, dessa forma, que superar o topocídio, no sentido de uma recuperação de paisagens que possuem valor topofílico.

METODOLOGIA

Utilizando como base conceitual as definições de percepção, topofilia, visão de mundo, espaço e lugar, ampliando a análise com o levantamento do contexto histórico em que ocorreram a introdução dos reflorestamentos com eucalipto e a realidade sócio-econômica nas últimas décadas, através do Índice de Desenvolvimento Humano e Percentual de Pessoas com Renda Insuficiente, analisamos a valorização e o uso do espaço pelos atores envolvidos no carvoejamento em Montezuma/MG. Os moradores da área rural, pequenos agricultores em sua maioria, são os que recebem diretamente os impactos ambientais decorrentes da implantação do carvoejamento, percebendo ou efetuando as modificações da paisagem. Por esse motivo essa parcela foi eleita como ponto de estudo, juntamente com os carvoeiros. Após o embasamento teórico, elaborou-se a entrevista para procurar identificar as diversas relações entre os dois grupos com a paisagem e os elementos

naturais, bem como as manifestações topofílicas e a visão de mundo dessas pessoas. Foram elaboradas questões abertas e aplicadas pela própria pesquisadora a todos os trabalhadores das carvoarias do município. Na área rural, a etapa de entrevistas foi executada com uma amostragem aleatória de 5,5% das propriedades rurais, totalizando 51 entrevistas em um universo de 926 propriedades registradas na Fundação Rural Mineira/RURALMINAS e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ IBGE. A dificuldade de acesso ou a inexistência de estradas impediu a aplicação em uma amostragem maior, porém considerou-se a amostra realizada representativa por cobrir toda a área rural, com uma distribuição geográfica em função da maior ou menor concentração das moradias. A pesquisa foi realizada através de entrevista padronizada (LAKATOS, 1999), seguindo um roteiro previamente estabelecido, permitindo comparações e apuração das diferenças entre os respondentes. A análise nos permitiu explorar o conhecimento dessas pessoas, suas representações, valores, sentimentos, desejos e esperanças frente a uma realidade moldada pelas carvoarias.

ÁREA DE ESTUDO E ASPECTOS GERAIS

O município de Montezuma/MG está localizado a uma distância de 720 km da capital mineira, na Região Administrativa do Norte de Minas Gerais, na bacia do rio Pardo. Foi emancipado em 27 de abril de 1992, tendo sido desmembrado do município de Rio Pardo de Minas. Possui uma área total de 1.135,57 km² e faz limites a noroeste com o município de Espinosa, ao norte com o Estado da Bahia, a nordeste com o município de São João do Paraíso, a sudeste com Vargem Grande, ao sul com Rio Pardo de Minas e a sudoeste com Santo Antônio do Retiro.

Situa-se em área classificada como de instabilidade ecológica (AB'SABER, 1971), por localizar-se em uma faixa de transição no que se refere aos aspectos geomorfológicos, geológicos e vegetacionais. Esta faixa de transição possui um ecossistema que se desenvolveu em condições ecológicas definidas, possuindo um limite de tolerância pequeno.

Apresenta uma distribuição irregular de seus recursos hidrográficos: na parte oeste possui como curso principal o rio Pardo e, como secundários, vários córregos perenes e temporários; a parte leste apresenta um número mais reduzido de cursos de água, sendo o córrego do Ribeirão o principal. Essa diferença fez com que a população rural se concentrasse na parte oeste do município, enquanto a parte leste encontra-se precariamente ocupada por pequenos

² Terras devolutas são aquelas que não foram desmembradas do patrimônio público por um título legítimo, sendo considerado título legítimo, segundo a lei civil, aquele que seja apto para transferir o domínio.

proprietários e por vários reflorestamentos.

Dentro dos grandes domínios paisagísticos e macro-ecológicos brasileiros, encontra-se na área dos chapadões recobertos por Cerrado penetrado por florestas de galerias. Em uma visão mais específica, o município está inserido na faixa de transição e contato entre os grandes domínios paisagísticos brasileiros, coincidindo com a faixa de tensão ecológica, no limite entre o Cerrado e a Caatinga. A faixa de transição representa uma combinação distinta e sub-regional de fatos fisiográficos, inserindo Montezuma/MG em uma área de vegetação quase exclusiva onde, freqüentemente, ocorrem endemismos e presencia-se mistura de espécies de flora correspondente aos tipos de vegetação circundante.

RESULTADOS

O PROJETO DISTRITOS FLORESTAIS E A AÇÃO DO ESTADO

O processo histórico dos reflorestamentos nesta região de Minas Gerais pode ser dividido em três fases: a primeira ocorre no início da década de 70, com a ocupação de extensas áreas de terras públicas devolutas² sem nenhuma preocupação com questões ambientais; a segunda ocorre na década de 80 e início dos anos 90, com a continuidade da implantação dos reflorestamentos em áreas públicas, apontando uma preocupação com os impactos ambientais; a terceira inicia-se no final da década de 90 e permanece até os dias de hoje, não ocorrendo a utilização de terras públicas, mas de áreas particulares com autorização do

Instituto Estadual de Florestas/IEF-MG, onde os fazendeiros passaram a plantar eucalipto, em contrato direto com as siderúrgicas. Nas duas primeiras etapas do Projeto, somente o município de Rio Pardo de Minas foi ocupado em 255 mil hectares de plantios de eucalipto, de acordo com os contratos firmados entre as empresas reflorestadoras e o Governo.

O discurso utilizado pelo Estado e pelas indústrias foi pautado em três pilares para justificar o reflorestamento em áreas de baixa densidade demográfica e com problemas sociais. As justificativas abrangiam a área social com o emprego e melhoria das condições de vida da população, a econômica, baseando-se em levar desenvolvimento para regiões carentes e fornecer uma das matérias-primas para a siderurgia e a ambiental, com os reflorestamentos reduzindo a pressão sobre a mata nativa.

As regiões do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha foram incluídas nesse projeto por apresentarem as características apontadas pelo projeto, como:

- grandes áreas de terras devolutas;
- áreas “com vocação tipicamente florestal” que não são próprias para a agricultura e pecuária;
- áreas com problemas sociais agudos;
- grandes “vazios econômicos.”

Esse projeto foi visto como “*um novo patamar do desenvolvimento de Minas Gerais*”, implementando um “*aproveitamento racional de áreas outrora improdutivas, quando não de baixa renda*” gerando empregos para um “*povo generoso, ordeiro, com aspirações e trabalhador.*”³

QUADRO 01

Índice de Desenvolvimento Humano – 1970/1991			
Municípios	1970	1980	1991
Espinosa	0,272	0,444	0,434
Mato Verde	0,298	0,415	0,442
Monte Azul	0,246	0,403	0,424
Porteirinha	0,273	0,418	0,422
Rio Pardo de Minas	0,211	0,289	0,386
Salinas	0,283	0,423	0,452
São João do Paraíso	0,193	0,343	0,363
Taiobeiras	0,278	0,468	0,476
Minas Gerais	0,412	0,675	0,699
Brasil	0,462	0,685	0,742

Fonte: IPEA

³ Instituto Estadual de Floresta. Projeto Distritos Florestais – Estudos Básicos. Governo do Estado de Minas Gerais/Secretaria da Agricultura. Belo Horizonte, Setembro/1975.

QUADRO 02

Índice de Desenvolvimento Humano - IDH 1991/2000		
Município/Unidade	1991	2000
Espinosa	0,572	0,657
Mato Verde	0,575	0,669
Monte Azul	0,569	0,657
Montezuma/MG	0,465	0,589
Porteirinha	0,549	0,633
Rio Pardo de Minas	0,507	0,633
Salinas	0,608	0,699
São João do Paraíso	0,491	0,644
Taiobeiras	0,612	0,699
Minas Gerais	0,697	0,773
Brasil	0,696	0,766

Fonte: IPEA

QUADRO 03

Pessoas com renda insuficiente (%)⁴			
Municípios	1970	1980	1991
Espinosa	93,92	64,89	80,56
Mato Verde	95,18	64,50	80,62
Monte Azul	94,45	63,24	80,06
Porteirinha	92,64	67,87	84,47
Rio Pardo de Minas	97,46	84,94	82,09
Salinas	93,61	73,48	76,87
São João do Paraíso	98,84	74,39	81,99
Taiobeiras	92,27	54,98	75,47
Minas Gerais	79,70	41,50	49,60
Brasil	67,90	39,47	45,46

Fonte: IPEA

Montezuma/MG e os municípios limítrofes estavam entre os mais carentes do estado. Os indicadores sociais apontam para essa realidade.

Mesmo com as mudanças na metodologia do cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH para 1991 e 2000, é possível observar que é uma região carente, mesmo após a implantação do projeto. O Quadro 3 - Pessoas com renda Insuficiente - complementa a informação demonstrando que mais de 70% da população

local encontra-se em situação precária, com percentuais elevados, comparados com os do Estado de Minas Gerais e Brasil.

A produção de carvão atraindo vários moradores e a saída de agricultores que produziam alimentos em sua propriedade, para exercer a atividade de carvoeiro, foi fato comum. De acordo com os depoimentos de alguns entrevistados podemos perceber as consequências dessa saída.

⁴ Proporção de indivíduos com renda familiar per capita inferior a 50% do Salário Mínimo de 1º de setembro de 1991.

“Muitas pessoas passaram a trabalhar no carvão, abandonaram a roça” (Sr. Jervalino).

“Meu pai trabalhou com carvão para a Perfil e Planta Sete, e depois, até plantar para produzir, passamos fome” (D. Neuzinha).

“De um lado foi bom (referindo-se à atividade de carvoejamento) porque deu emprego, mas de outro foi ruim porque a água diminuiu e o dinheiro do carvão é pouco. Muitos perderam o costume da lavoura” (Sr. Mário).

“Os donos das carvoarias estão ricos, mas para quem trabalha não dá nada” (Sr. Manoel).

“Para quem toca o carvão foi bom. Antes do eucalipto era melhor. Antes tocava uma roça, agora não tem nada” (D. Alminda).

A posição do Estado e das empresas em torno do discurso do desenvolvimento econômico esconde a realidade do desenvolvimento de uma minoria em contrapartida com a penúria de toda uma população.

Em Montezuma/MG, vários entrevistados declaram que empresas reflorestadoras ocuparam terras pertencentes à família; entretanto a dificuldade de provar a posse das terras e o processo intimidativo promovido pelas empresas fizeram com que o protesto se transformasse em um lamento silencioso e melancólico, frente a ações que pouco compreendiam e acreditavam. O depoimento do Sr. Melquíades – morador da área rural de Montezuma/MG, na comunidade do Maracaia – expõe esses problemas: *“Eles entraram como se o povo fosse bobo.(...) Ficando como está, tá bom! Isso aconteceu com muita gente”.* O depoimento do Sr. Salvador complementa essa informação: *“Foi tomando conta da parte alta (...) foi conversando, levando na conversa, oferecendo coisas”* – referindo-se à parte mais elevada da propriedade, correspondente à chapada, uma vez que grande parte da população vive nas margens dos córregos. Outros depoimentos também caminham no sentido de lamento de uma ação que não conseguiram controlar, demonstrando o Estado não considerou a comunidade local, sua cultura e relações com o meio ambiente:

“Eles compraram e não pagaram. Foram teimando, teimando até tomar conta de tudo” (Sr. Adelino);

“Não pagaram. Pegaram as terras boas e só deixaram o fundo, onde tem pedra, mais ou menos 20 hectares” (Sr. Mário e D. Maria Helena).

Todos os depoimentos que envolvem denúncias de ocupação de terras ocorreram na área leste do município onde observamos a maior presença de empresas reflorestadoras. As áreas ocupadas pelos reflorestamentos eram praticamente desabitadas, não significando que a

população local não fizesse uso dela para retirada de frutos, remédios e para alimentação de animais.

Os projetos não conseguiram gerar um número significativo de empregos capaz de evitar a perda líquida da população. Tais fatos são demonstrados pela transformação de áreas agrícolas em pastos ou florestas uniformes. As consequências dessas ações são a expropriação dos camponeses, posseiros ou pequenos proprietários, expulsão de agregados, parceiros e outros sem terra, os quais sem as condições naturais de produção, vêem-se obrigados a vender sua força de trabalho, abandonando seus locais de origem para procurar emprego.

Nesse Período ocorreu um movimento populacional em busca de oportunidade de trabalho nos municípios atingidos por essa atividade. Montezuma/MG registrou um aumento da população de 27,3% na década de 80, em relação a 1970, refletindo o movimento das pessoas (GRAF. 1). Na década seguinte, 1991, a população sofre uma queda aproximando-se do total de 1970 e permanece nesse nível até 2000. O primeiro contrato de arrendamento de terras devolutas entre Estado e reflorestadoras, no município de Rio Pardo de Minas, foi firmado no ano de 1975 e o último em 1987, período em que ocorreu a mudança na paisagem e na economia desse município e, conseqüentemente, de Montezuma/MG que ainda era um de seus distritos. A população desse período é refletida no Censo Demográfico de 1980 que aponta para o acréscimo populacional, indicando uma demanda por mão-de-obra para implantação dos reflorestamentos que foi suprida, em parte, por uma população não pertencente ao município. De acordo com depoimentos vários moradores de Montezuma/MG foram trabalhar nas carvoarias no início do projeto, sendo que parte retornou para a atividade agrícola com o fim do período de desmate e plantio.

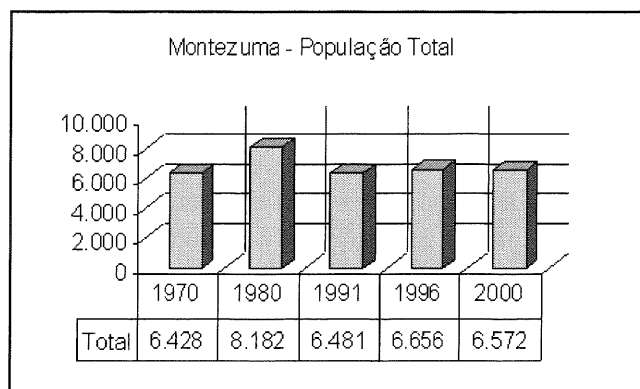


GRÁFICO 1: Montezuma/MG – População total
Fonte: Censo Demográfico – 1970, 80, 91 e 2000 e Contagem Populacional- 1996- FIBGE

Os trabalhadores rurais convivem no seu cotidiano

com a atividade de carvoejamento. Ou são produtores de carvão de vegetação nativa ou possuem algum parente ou conhecido que está nessa atividade.

Entre os entrevistados, 35% exercem ou já exerceram essa atividade como forma de complementar sua renda. A proximidade com os reflorestamentos amplia a participação da população como empregados nas carvoarias ou como produtores de carvão de origem nativa, quando 65% dos agricultores são praticantes dessa atividade.

A opinião a respeito dos benefícios trazidos para Montezuma/MG com a introdução do reflorestamento e do carvoejamento se divide. Entre os entrevistados, 41% acreditam que a atividade trouxe benefícios. Na parte leste, onde se percebe uma presença mais marcante do carvoejamento, a maior parte dos moradores vê na atividade um benefício. Quando perguntados sobre o que mudou na vida dos habitantes e na vida de sua família com a atividade de reflorestamento e carvoejamento, as respostas foram variadas, ficando em torno de eixos centrais, como a diminuição da água, o aumento do serviço, a entrada de dinheiro e a diminuição da vegetação, que dificultou a retirada de lenha para uso doméstico. Alguns depoimentos merecem destaque:

“Foi negativo pois secou; as carvoeiras não empregam as pessoas da cidade.” (Sra. Otacina)

“A água encurtou, tem diminuído. Antes a baixada alagava e hoje não tem água. Quando tinha água, colhiam 80 sacas de feijão. Hoje não plantam.” (Sr. Moisés)

“Ajudou a correr dinheiro depois do carvão. Em Montezuma/MG só entra dinheiro do aposentado e do carvão” (Sr. Josué)

“A comunidade mudou para ruim, diminuiu a água, os bichos.” (Sr. Osmar)

“Foi bom porque deu serviço para o povo. O povo gostou, mesmo que atrapalhou a lavoura. Não valeu de nada o eucalipto para mim.” (Sra. Maria e Sr. Melquíades)

Pode-se perceber na fala dos entrevistados a existência de uma consciência sobre os efeitos da introdução de uma nova atividade, quando vários deles associam a diminuição da água ao plantio do eucalipto e à produção de carvão. Eles percebem também uma certa decadência dessa atividade, com a escassez da oferta de empregos e a não concretização das promessas de renda.

O MORADOR LOCAL E O CARVOEIRO EM MONTEZUMA/MG: A PERCEPÇÃO ESPACIAL

Os moradores da área rural observaram, ao longo das

décadas, as mudanças ocorridas na paisagem natural de Montezuma/MG. A necessidade dos recursos naturais para a sobrevivência fez com que as observações fossem mais precisas, pois a degradação ambiental, decorrente um uso inadequado do solo tanto para o reflorestamento quanto pela agricultura, afeta a vida e a produção desses moradores. A água é o recurso natural mais atingido pelo reflorestamento e pelo carvoejamento, tanto no momento da implantação quanto no momento do corte do eucalipto e extensão da atividade de produção de carvão nas matas nativas, onde o solo fica exposto, assoreando os rios e diminuindo a infiltração da água. Esse fato não passou despercebido entre os moradores, que apontam a água como componente paisagístico de destaque, estando ligado à sobrevivência.

Quando perguntados sobre o fato da água estar diminuindo, 90% dos entrevistados ratificaram a informação. Quanto ao motivo da diminuição, vários entrevistados apontam mais de uma razão. Os motivos mais citados foram o reflorestamento (56,5%) e o corte da vegetação e das matas ciliares (29,5%).

Os moradores utilizam a mata para a retirada de outros elementos que fazem parte de seu cotidiano. A lenha aparece como o principal produto, sendo que 92,5% dos moradores a retiram; 62,7% dos moradores extraem remédios; o complemento alimentar com frutos nativos é retirado da mata por 53% dos moradores; poucos declararam retirar madeira para a produção de carvão (7,8%), sendo que alguns produtores de carvão utilizam os galhos do eucalipto desprezados pelas reflorestadoras; é comum a retirada de produtos para a comercialização, sendo que 19,6% dos moradores da área rural possuem essa forma de complementar a renda.

A observação dos moradores indica uma diminuição significativa da vegetação nos últimos anos. Dos moradores da área rural 90,2% declaram que a mata tem diminuído. O tempo em que está ocorrendo esta diminuição é bastante variado, de um a vinte anos. O motivo principal para essa diminuição é o desmatamento, seguido da retirada de lenha, a implantação dos eucaliptos e a seca.

A importância da vegetação nativa da vida dos moradores de Montezuma/MG é revelada quando 96% dos entrevistados declaram sentir necessidade de preservar a mata existente perto da propriedade. Essa estreita relação entre os moradores e a vegetação é confirmada pelos entrevistados que manifestaram o gosto pela mata, sendo unânime essa resposta, alguns com mais ênfase que outros.

Mesmo com a realidade de degradação ambiental existente em Montezuma/MG, 96% dos entrevistados

consideram importante um trabalho de recuperação das matas ciliares. O motivo desse pensamento é a idéia de que as matas ciliares ajudam a “segurar” a água, serve de atrativo para a fauna e preserva a natureza.

A fim de constatar a relação entre os moradores e a vegetação nativa, perguntou se desmatariam um terreno na propriedade ou próximo a ela. Mesmo enfatizando que a possibilidade da necessidade imediata e consciente do prejuízo futuro da ação, 90,2% dos entrevistados afirmaram que não são capazes de desmatar uma área.

A entrevista com os carvoeiros buscou traçar o perfil desses trabalhadores e suas atuais condições de vida, bem como sua percepção em relação aos impactos ambientais decorrentes do reflorestamento.

São do sexo masculino, com idade entre 20 e 39 anos, casados e moram com a família. Não residem em Montezuma/MG, têm baixa escolaridade, sabendo pouco mais que o próprio nome. Estão na profissão há menos de 10 anos, são terceirizados e não possuem carteira assinada. O recebimento ocorre por produção de acordo com o total de metros de carvão produzido em uma semana. O ganho mensal tem valor em torno de um salário mínimo, sendo que, dependendo do mês esse valor pode variar para mais ou menos. Algumas vezes compram seu alimento na mão do empreiteiro que desconta o valor no salário. Essa característica traduz o isolamento em que vivem esses carvoeiros, uma vez que não existe transporte no meio dos eucaliptos e as áreas são distantes da cidade.

Consideram as condições de trabalho entre regular e ruim, colocando como medidas para melhoria dessas condições, o aumento do salário, a moradia e a existência de um dia de folga.

A moradia desses trabalhadores não apresenta nenhum tipo de conforto, não possuindo água, energia elétrica e condições mínimas de saneamento. As doenças que mais os afetam são dor de cabeça, dor nas costas e gripe.

Não tem perspectivas de melhoria no emprego, preocupam-se com seu futuro e de seus filhos; apesar de toda dificuldade, vêm no seu emprego um benefício, uma vez que habita uma região onde não se tem oferta de emprego. Não conseguem construir um pensamento crítico sobre a sua realidade, tendo dificuldades em apontar melhorias para a vida nas carvoarias.

Esses trabalhadores, que estão sujeitos às alterações de um mercado, pautado pela necessidade do ferro-gusa determinando a existência ou não de trabalho nas carvoarias, têm na sua relação de trabalho um reflexo da situação sócio-econômica do município de Montezuma/MG. A falta de opções de emprego faz com que trabalhadores e famílias inteiras, inclusive com

crianças, vivam em condições precárias e com a incerteza de um futuro, por não terem outra forma de sobrevivência, sujeitando-se às condições impostas pelos empreiteiros e por uma oscilação de mercado.

A PERCEPÇÃO DOS MORADORES RURAIS E TRABALHADORES DAS CARVOARIAS SOBRE O LUGAR E AS QUESTÕES AMBIENTAIS

No caso deste estudo, o homem de Montezuma/MG, representado pelo morador rural e pelo carvoeiro, tem uma relação muito direta com os recursos naturais. O morador rural tem sua sobrevivência dependente desses recursos e o carvoeiro, que vive predominantemente na área rural, percebe, no seu cotidiano, as modificações da paisagem e suas conseqüências, fato apresentado tanto pelos carvoeiros que trabalham com eucalipto, quanto pelos que executam a atividade através da retirada de árvores nativas.

Essa relação cotidiana faz com que essas pessoas lancem uma visão sobre o ambiente que, certamente, passaria despercebida pelos olhos de um pesquisador ou de um visitante. De acordo com TUAN (1980) as diferentes visões geram atitudes diferenciadas entre o nativo, o visitante e o pesquisador. O nativo, apesar de possuir hábitos extremamente simples, apresenta uma atitude mais complexa, advinda de sua total imersão em seu meio ambiente, com uma visão mais centralizada e este meio aparece como forma de sobrevivência e de lazer para seus entes queridos. O pesquisador possui uma visão mais global demonstrando uma preocupação com a preservação do ecossistema para as gerações futuras e com a reserva genética existente em uma área. O visitante possui uma visão bastante ampla sobre uma área, sem que se crie um vínculo afetivo ou preservacionista sobre o espaço. MACHADO (1999) completa dizendo que existem diferentes tipos de relacionamento entre as pessoas e o lugar, advindo dos diferentes interesses presentes. Esses relacionamentos são as manifestações topofílicas.

Essas manifestações refletem o elo de ligação entre o homem, o seu lugar e a sua percepção frente à situação ambiental em que se encontra o município, uma vez que sofre com as modificações presentes na paisagem e com os impactos decorrentes de atividades como o reflorestamento e o carvoejamento. Em Montezuma/MG ocorreu um processo de alteração das paisagens com a implantação do cultivo do eucalipto e com o carvoejamento. A retirada rápida do Cerrado, realizada com o uso de correntões⁵, promoveu a eliminação de micro-habitats em grandes extensões de terra. Essa ação,

⁵ Técnica utilizada para a eliminação total de uma vegetação, através de uma corrente presa a dois tratores que caminham paralelamente derrubando as árvores.

seguida pelo plantio de uma espécie vegetal totalmente nova para a área, impondo o fim da diversidade florística e faunística, tornou o morador rural de Montezuma/MG um ser atônito frente a tanta modificação, em tão curto espaço de tempo.

Na área de estudo a água e a vegetação aparecem como os elementos mais valorizados e significativos para a população, configurando-se não apenas como fatores de sobrevivência, mas também como elo afetivo entre o homem e o lugar. A topofilia, que traduz a união afetiva entre o homem e seu ambiente físico, expressa-se no fato

dos moradores da área rural declararem que gostam, adoram a mata e, entre os carvoeiros, 70% considerarem que a vegetação nativa faz falta. A afetividade e o estreito relacionamento são percebidos, também, no momento em que os moradores rurais, quando perguntados sobre a árvore ou planta que lhe chama mais a atenção ou que considera a mais bonita, citam várias espécies (QUADRO 4), sendo que o pequizeiro foi apontado como árvore preferida por grande número de moradores, certamente pela sua beleza estética aliada ao fato de fornecer alimento.

QUADRO 04

RELAÇÃO DE ÁRVORES DESTACADAS PELA POPULAÇÃO RURAL DE MONTEZUMA/MG

Nome popular	Nome científico	Ambiente natural
Tingui	<i>Magonia pubescens</i>	Cerradão Mesotrófico e Mata
Pequi	<i>Caryocar brasiliense</i>	Cerrado
Cagaita	<i>Eugenia dysenterica</i>	Cerradão, Cerrado e Cerrado Ralo
Araticum	<i>Annona crassiflora</i>	Cerrado, Cerradão, Campo Rupestre
Gonçalo	<i>Astronium fraxinifolium</i>	Cerradão, Cerrado e Mata Mesofítica
Angico	<i>Anadenanthera falcata</i>	Cerradão e Cerrado
Mutamba	<i>Guazuma ulmifolia</i>	Cerradão, Cerrado e Mata Mesofítica
Pau d'óleo	<i>Copaifera langsdorffii</i>	Braúna
Braúna	<i>Melanoxylon braunia</i>	Mata de Galeria e Mata Mesofítica
Sucupira	<i>Bowdichia virgilioides</i>	Cerradão, Cerrado e Mata Mesofítica
Murici	<i>Byrsonima verbascifolia</i>	Cerrado, Cerradão, Campo Rupestre
Jatobá	<i>Hymenaea stigonocarpa</i>	Cerradão e Cerrado
Tamboril	<i>Enterolobium ellipticum</i>	Mata, Cerradão e Cerrado
Mangabeira	<i>Hancornia speciosa</i>	Caatinga e Cerrado
Imbiruçu	<i>Pseudobombax longiflorum</i>	Mata de Galeria, Cerrado e Campo Sujo
Amoreira	<i>Brosimum gaudichaudii</i>	Cerradão, Cerrado e Mata Mesofítica

Esse sentimento afetivo com a mata faz com que o morador perceba a sua diminuição e sinta necessidade de preservá-la. O sentimento preservacionista existe principalmente entre a população rural mais velha. Como exemplo o depoimento do Sr. Melquíades, que declarou ter “ciúmes da mata”. Esse morador presenciou a ocupação pelos reflorestamentos e a modificação drástica da paisagem nas proximidades de sua moradia. Quando fala da mata, expressa uma certa nostalgia pelo período em que o Cerrado estava mais presente e que, agora, encontra-se

bastante agredido pela ação antrópica. O sentimento nostálgico do Sr. Melquíades traduz o que TUAN (1980) expôs ao definir que a topofilia está intimamente ligada à história e às lembranças. Por outro lado, o Sr. Melquíades tem filhos, já em idade adulta, que apresentam outra postura frente à vegetação, em que um deles, também entrevistado, produz carvão de vegetação nativa para sobreviver.

Outros depoimentos apontam para a topofilia, como ligação entre o homem e seu espaço:

“A mata é a natureza da terra” (Sr. Geraldo).

“Não quero que tire um pau da mata” (Sr. Lirio).

“Não pode deixar acabar tudo” (Sr. Jubes)

Estas falas simples expressam o apego desses agricultores com a terra. Entretanto, outros entrevistados, mesmo declarando gostar da mata, deixam transparecer a necessidade de sobrevivência e as dificuldades sócio-econômicas existentes em Montezuma/MG, sendo que a preservação ou o elo afetivo é sobreposto por uma conduta individual frente às possibilidades de se conseguir algum dinheiro e superar as dificuldades através, principalmente do carvoejamento.

No depoimento, o Sr. Braulino declara gostar da mata, mas precisa dela. Essa fala expressa a sobrevivência gerando uma desconfiguração da paisagem, uma vez que é um produtor de carvão com um pequeno forno localizado no próprio quintal. O depoimento do Sr. José Carlos caminha na mesma direção. Para ele *“a mata deveria ser um lugar guardado, para não mexer”*, mas a precariedade da moradia e as condições econômicas fazem com que seja um produtor de carvão, declarando que corta algumas árvores e deixa outras, dando uma idéia de um certo “manejo sustentado”.

Cabe ressaltar que estas e outras declarações sobre o uso da vegetação para a produção de carvão ocorrem, predominantemente, na área onde temos uma população mais carente, mesmo sem esquecer a afetividade expressa na fala e o pouco conhecimento do real dano ambiental que o carvoejamento de vegetação nativa provoca.

Retomando TUAN (1980), os problemas ambientais são, fundamentalmente, problemas humanos. E os problemas humanos, independente de ser políticos, econômicos ou sociais, dependem dos valores e atitudes a eles atribuídos pelo homem. Em Montezuma/MG ocorre uma variação desses valores e atitudes que resulta em uma degradação ambiental, principalmente no que diz respeito à vegetação.

A variação dos valores sobre o espaço é refletida, também em outra parcela do homem do local ou que, de alguma forma relaciona-se com o município. Os fazendeiros que optaram pelo plantio do eucalipto em suas terras, as empresas reflorestadoras, o homem que produz carvão vegetal de origem nativa em maior escala e o Governo possuem uma outra posição frente a esse recurso natural, simplesmente o ignorando, não expressando em suas atitudes nenhum tipo de valor sobre a vegetação, sobrepondo a esse recurso natural o interesse no uso do solo para execução de uma atividade econômica. Assim, a topofilia pode variar de intensidade, sutileza e modo de expressão ou, simplesmente inexistir.

Esses valores e atitudes diferenciados remetem a uma discussão sobre o que seria o lugar e o espaço para esses três grupos: o proprietário rural que protege a vegetação nativa, o proprietário que sobrevive com seu corte e o empreendedor/Estado que a ignora.

Para TUAN (1983), os lugares são centros onde atribuímos valores e onde podemos satisfazer as nossas necessidades como comer, beber, descansar, procriar, etc. Os proprietários rurais de Montezuma/MG vêm a área rural como lugar e a satisfação das necessidades modifica-se de acordo com a área de moradia e situação econômica de cada um, mas sem deixar de ser a moradia. O que seria um espaço torna-se lugar para esses moradores, pois o espaço se transforma em lugar à medida que adquire definição e significado através da interação e da convivência dessas pessoas com o meio em que vivem, tornando-o familiar.

O segundo grupo, composto pelos donos das carvoarias clandestinas, é formado por moradores locais, mas com a ambição sobrepondo-se a qualquer laço afetivo com a área, vendo-a como espaço, capaz, somente de produzir riqueza material, desconsiderando a sua importância para os demais moradores.

A experiência e convivência que geram a topofilia, inexistem para o último grupo- o empreendedor/Estado. A visão diferente sobre a área constitui-se na paisagem não vivida por esse grupo, tornando-o um espaço e não um lugar. A ação do Estado traduz um tipo de relação em que a paisagem é um espaço, pelo qual deve atender aos interesses econômicos existentes dentro de um processo de industrialização e desenvolvimento do Estado.

A ocupação de parte do município pelo reflorestamento promoveu uma alteração na paisagem e, conseqüentemente, na vida dos pequenos proprietários rurais possuidores de uma estreita relação afetiva com a área não a vendo como espaço, mas como lugar. As ações humanas promovidas pelos grupos dos empreendedores e donos das carvoarias de vegetação nativa modificaram e continuam redesenhando a paisagem de Montezuma/MG, todavia com uma unilateralidade dessas ações.

A forma como ocorreu a ocupação pelos reflorestamentos, através da implantação do Projeto Distritos Florestais, pode ser classificada como topocídio, na qual a população não conseguiu perceber até que ponto a grandiosidade do programa implementado e as conseqüências dessa ação promoveram modificações em suas vidas. De certa forma, a população, principalmente a rural, presenciou atônita, a modificação na paisagem, na qual seu espaço vivido foi modificado.

Os impactos gerados pela introdução desta nova

atividade têm no morador rural a principal vítima. Seria a “prática”, no cotidiano, de um mundo vivido dos impactos, onde a relação homem lugar foi agredida, tornando o homem de Montezuma/MG o receptor desses impactos ambientais e sociais, sem que tenha consciência da dimensão da atividade dentro de um contexto industrial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo histórico das ações governamentais é fundamental para a compreensão da realidade existente hoje em Montezuma/MG. Em 1975 o Governo do Estado de Minas Gerais elaborou e implementou o projeto dos Distritos Florestais, tendo como objetivo principal o plantio de eucalipto para transformação em carvão e atender à crescente demanda da siderurgia, efeito do “milagre econômico”. A escolha da espécie florestal foi definida pela sua característica de crescimento rápido e de fácil adaptação às condições naturais brasileiras.

O Norte de Minas foi uma das áreas selecionadas para o projeto, tendo em vista a existência de terras devolutas. Especificamente o município de Montezuma/MG, dentro do contexto exigido, primava-se por oferecer, além das terras devolutas, condições geomorfológicas favoráveis para implantação do referido projeto.

O projeto dos Distritos Florestais enfatizava o aspecto econômico como uma das justificativas à sua implementação. A atividade de reflorestamento deveria levar desenvolvimento para áreas economicamente carentes, gerando empregos a fim de melhorar as condições de vida da população. No caso estudado a população não se beneficiou na medida em que foi projetado, porquanto os empregos gerados, além de concentrar-se no período da implantação do projeto, pouco utilizaram mão-de-obra local, uma vez que necessitava de certa especialização não existente entre os moradores. Tal fato não gerou a dinâmica econômica pretendida, uma vez que não houve florescimento do comércio local, nem mesmo a criação de um setor terciário que desse sustentação ao ciclo econômico. Atualmente alguns reflorestamentos estão inativos e os que estão produzindo carvão oferecem poucos empregos. As melhorias decorrentes do carvoejamento não foram e não são expressivas, comparadas aos danos ambientais causados e a efetiva exploração da mão-de-obra.

O homem de Montezuma/MG foi alvo desse efeito perverso, porquanto utiliza-se, ainda hoje, de técnicas e meios rudimentares para a prática da produção agrícola, caracterizando também como dependente da coleta de frutos e plantas medicinais, além de eventual caça. O

agricultor percebe as alterações naturais promovidas pela implantação dos reflorestamentos, com observações sobre a redução da fauna, flora e volume das águas superficiais que afetam diretamente a sua vida cotidiana.

Por outro lado, o carvoejamento introduziu no município uma relação de trabalho informal, no qual o agenciador nega ao carvoeiro todo e qualquer direito trabalhista. O quadro social existente no município, cujo reduzido número de empregos oferecidos, aliado ao baixo nível de instrução e deficiência alimentar, têm dificultado a sobrevivência da população, levando vários moradores a submeterem-se ao trabalho informal nas carvoarias.

Este quadro pode ser revertido ou melhorado caso ocorram ações no sentido de recuperação das áreas degradadas e a melhoria da qualidade de vida da população, principalmente no que se refere ao setor do emprego, da educação e da saúde. Será importante levantar e efetivar possibilidades de desenvolvimento da agricultura capazes de garantir o sustento dos pequenos proprietários rurais e de suas famílias, a fim de que não sejam obrigados a se sujeitarem às condições adversas de trabalho das carvoarias ou se tornarem carvoeiros autônomos.

Atenção especial deve ser dispensada aos desmatamentos que visam, principalmente a produção de carvão e que tem sido efetuado indiscriminadamente, sem nenhum tipo de controle, desrespeitando áreas já protegidas pela legislação vigente, como margens de rios e córregos e cabeceiras de drenagem.

O Estado deveria ser mais cuidadoso na implementação de projetos que, na prática, sejam unilaterais, principalmente quando executados em regiões carentes. No caso de Montezuma/MG, ocorreu somente a extração dos recursos naturais sem que houvesse um retorno para a comunidade local capaz de compensar as modificações promovidas, tanto no aspecto social quanto ambiental.

Utilizar estudos mais aprofundados sobre os aspectos humanos e ambientais numa área de implantação de grandes projetos governamentais, certamente minimizaria os impactos que afetam diretamente o meio biofísico e a população. Esses estudos aproximariam o Estado e o morador dotado de sentimentos pelo lugar.

Percebemos uma população, de certa forma, presa ao carvão vegetal, aos problemas de exploração da mão-de-obra e aos impactos ambientais dele decorrentes. Existe um ciclo que se inicia pelas dificuldades econômicas, passa pela deficiência do sistema educacional e de saúde, levando os moradores a trabalharem nas carvoarias ou promoverem o desmate para a produção do carvão e

termina na ampliação do quadro de degradação ambiental, com a diminuição do volume hídrico, com a erosão, o empobrecimento do solo e a diminuição da área de coleta de frutos nativos, dificultando, assim, a produção agrícola e levando os moradores a buscarem empregos nas carvoarias, fechando o ciclo e ampliando a miséria.

O Estado nem sempre demonstra preocupação de possibilitar meios de sobrevivência para essas pessoas, com projetos que lhes proporcione condições de trabalho formal para uma vida mais digna, estando ausente no momento de buscar soluções para os problemas geradores das situações a que estão obrigados.

Apesar da inexistência de projetos em Montezuma/MG, cabe ressaltar que o Estado possui meios que contribuiriam para a melhoria das condições de vida dos pequenos agricultores, como é o caso da EMATER, mas na realidade observa-se uma falta de diálogo e entrosamento entre as próprias instituições do poder público.

AMORIM FILHO (1999) ensina que o processo de conscientização da necessidade de preservação ambiental e de reabilitação de lugares promove a melhoria da qualidade de vida dos moradores, recebendo o nome de topo-reabilitação. Tal movimento encaixa-se plenamente numa proposta para Montezuma/MG que carece de ações reabilitadoras dos lugares e que preservem áreas a fim de que o homem local melhore suas condições de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, A. N. A organização natural das paisagens inter e subtropicais brasileiras. In: III Simpósio sobre o Cerrado. São Paulo: Ed. Blucher Ltda e Ed. da USP, 1971.

AMORIM Fº, O. B. Topofilia, topofobia e topocídio em Minas Gerais. In: Del Rio V. & Oliveira, L. Percepção Ambiental – a experiência brasileira. 2ª edição. São Paulo: Studio Nobel, 1999. p. 139 – 152.

CHRISTOFOLETTI, A. As Perspectivas dos Estudos Geográficos. In: CHRISTOFOLETTI, A. Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1985. Págs. 11 - 36.

DEL RIO, Vicente. OLIVEIRA, Livia de (Org.). Percepção Ambiental: a experiência brasileira. 3ª ed. São Paulo: Stúdio Nobel, 1999.

FERREIRA, C. R. T. Avaliação da degradação ambiental urbana através da percepção ambiental: o caso do alto da bacia do Limoeiro, Presidente Prudente – SP. Rio Claro: UNESP, 2001. Dissertação

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MACHADO, L.M.C.Ph.. Paisagem valorizada. In: Del RIO, V. & OLIVEIRA, L.. Percepção ambiental: a experiência brasileira. 2ª edição, São Paulo: Studio Nobel, 1999. 97 – 119 p.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1985. Págs. 143 – 164.

_____. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980, 289 p.

_____. Espaço e Lugar – A perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.